

Aquisição de um Bem por Diferentes Linhas de Crédito e seus Impactos para a Empresa¹

MARTINS, Valéria Facco²; SIPPERT TRETER, Jaciara³

Resumo

No Brasil, a relação entre as fontes de investimentos e as fontes de financiamento nas empresas tem ganhado maior destaque ao longo dos últimos anos. Para os empresários é de grande relevância o conhecimento de diferentes alternativas de crédito disponíveis ao seu empreendimento, bem como, para o profissional contábil é uma grande oportunidade para explicar a importância da contabilidade e de uma assessoria que apresente uma análise, impactos e viabilidade para se chegar a melhor alternativa para cada empresa. Para apresentar impactos contábeis e financeiros, este estudo trouxe simulações em diferentes linhas de crédito na aquisição de um bem. O bem escolhido foi o veículo, visto que, atualmente é um dos bens mais procurados pelas empresas e muito visado para, entre outros benefícios, a otimização de tempo. Como objetivo geral, este estudo buscou identificar qual linha de crédito é mais vantajosa para uma empresa na aquisição de um veículo sob os aspectos contábeis e financeiros, definindo as características da empresa adquirente do veículo classificada em diferentes graus de risco, bem como, as diferentes linhas de crédito oferecidas no mercado para aquisição de veículos. Este estudo classificou-se como pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e observação, e a análise dos dados ocorreu através da análise de conteúdo. Pode-se observar que cada linha com suas especificações, possui vantagens e desvantagens, como agilidade do crédito e liberação do recurso em contrapartida a custos financeiros maiores. Por isso, a escolha da linha de crédito mais vantajosa, se dará conforme os objetivos da empresa tomadora do crédito.

Palavras-chave: Veículo. Financiamento. Contabilização. Alternativas. Simulações.

Abstract

In Brazil, a relationship between investment sources and corporate financing sources has gained more notoriety over the last years. For entrepreneurs it is very important to know the different credit alternatives available to their companies. It's also a big opportunity for the accounting professional to explain the importance of accounting and an advisory that presents an analysis, impacts and feasibility to meet the best alternative for each company. To present accounting and financial impacts this study brought simulations, in different credit lines in the acquisition of goods. The vehicle was chosen as it is currently one of the most sought after assets by companies aimed at, among other benefits, time optimization. As a general objective, this study sought to identify which credit line is most advantageous for a company in acquiring a vehicle from the accounting and financial aspects, defining the characteristics of the acquiring company of the vehicle classified at different risk levels, as well as, the different lines of credit offered in the market for vehicle purchases. This study is classified as qualitative, descriptive, bibliographic and documentary research, the data

¹ Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – email: valeriacacco@hotmail.com

³ Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e em Ciências Contábeis – UFSM e mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania – UNIJUÍ. Email: jtreter@unicruz.edu.br

collection was performed through documentary research and observation, and the data analysis occurred through content analysis. It can be observed that each line with its specifications, has advantages and disadvantages, such as credit agility and resource release in contrast to higher financial costs. Therefore, the choice of the most advantageous line of credit will be according to the objectives of the borrowing company.

Keywords: *Vehicle. Financing. Accounting. Alternatives. Simulations.*

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto da economia no Brasil, bem como em alguns de seus Estados onde a situação econômico-financeira é ainda mais grave, a cada dia aumenta a dificuldade para criação e desenvolvimento das empresas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte. Deve-se considerar como um dos principais motivos para tais dificuldades, a burocracia para os processos de abertura de um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), visto que o Brasil é um país onde são necessários diversos e demorados procedimentos para que se cumpra a legislação.

Além disso, para o funcionamento da empresa após sua abertura, há a necessidade de capital para investimento inicial e de capital de giro, especialmente nos primeiros anos de existência, até que a mesma se consolide no mercado. Outro grande desafio para os empresários, tem se tornado a alta carga tributária do país, que pode ser responsável, juntamente com demais custos, pelo fechamento de muitas empresas.

Mesmo com grandes dificuldades e desafios, é necessário o espírito empreendedor por parte dos empresários, tanto para criação de novos negócios, quanto para permanência dos que já existem. Para isso, é muito importante que se faça um planejamento, que se conte com uma boa administração como também, muita responsabilidade no momento da tomada de decisões.

Diante das exigências da atual economia, os empresários devem estar atentos às demandas do mercado e primordialmente ter conhecimento da capacidade de seu empreendimento, até onde ele pode chegar e como chegar. Para isso a gestão, juntamente com uma orientação da assessoria contábil, poderá buscar as melhores fontes de recursos, bem como os melhores investimentos, procurando sempre colaborar para correção das fragilidades da empresa.

Tratando sobre os investimentos, estes podem ser realizados com fontes de recursos próprios ou de terceiros. Quando se trata de recursos de terceiros, a cada dia têm-se novas

formas e opções de incentivos, financiamentos, juros, condições de pagamento diferenciadas e linhas especiais para pessoas jurídicas. São muitas as opções e caminhos para impulsionar e fomentar os negócios, desde que estes estejam preparados e organizados financeiramente.

As linhas de crédito ofertadas no mercado atualmente podem se diferenciar por inúmeros fatores, de acordo com as necessidades de seus clientes. Contudo, é preciso cuidado por parte dos tomadores de crédito, visto que, para alguns pode ser um ótimo negócio quando realizado com responsabilidade e programação, enquanto para outros pode ser um grande fator para o caminho do endividamento.

De maneira geral, a obtenção de recurso junto a uma instituição financeira é executada com o propósito de investimento, esse que deve trazer retorno e ter seu custo benefício muito bem analisado.

Dentre os diversos tipos de financiamentos disponíveis para as organizações, alguns dos mais comuns são: crédito geral, linhas BNDES, consórcios, descontos de recebíveis, capital de giro e outros. São abordadas no presente estudo algumas dessas linhas de crédito, considerando a aquisição de um bem móvel (veículo) para uma pessoa jurídica, uma vez que, um dos bens mais procurados são justamente os veículos, que além da otimização de tempo, cumprem diversas tarefas necessárias para a condução das atividades, e por isso, foi o tipo de bem escolhido para a realização do estudo.

A partir disso, surge a relevância da contabilidade, bem como, do profissional contábil para as empresas no momento da tomada de decisão. É este profissional que deverá considerar variáveis incorridas nas diferentes formas de financiamento, para analisar a mais viável não só junto à instituição financeira escolhida, mas também, para a própria empresa.

Diante da importância do conhecimento acerca dos impactos financeiros desse tipo de operação, este artigo buscou identificar qual linha de crédito é mais vantajosa para uma empresa na aquisição de um veículo sob os aspectos contábeis e financeiros. Para isso foi necessário definir as características da empresa adquirente do veículo classificada em diferentes graus de risco e definir diferentes linhas de crédito oferecidas no mercado para aquisição de veículos. Além disso, realizou-se a simulação da aquisição do bem, em cada uma das linhas de crédito possibilitando o registro contábil deste fato na empresa e análise de seus aspectos.

Toda operação financeira antes de ser firmada, é fundamental que seja planejada e estudada de acordo com o contexto a que a empresa está inserida. Isto significa que cada caso é único e deve ser analisado exclusivamente. A realização de cálculos é imprescindível, mas

estes devem ser feitos por pessoas capacitadas, que possuem as habilidades técnicas adequadas para buscar as soluções menos onerosas.

Já para o profissional da contabilidade, é de grande importância um maior entendimento sobre os efeitos de diferentes operações bancárias que são tão corriqueiras para as instituições. Uma maneira bastante didática que o contador dispõe para ser mais facilmente entendido pelo seu cliente é a simulação. Por isso este estudo propôs realizar simulações que demonstrem qual a opção de crédito mais vantajosa a ser utilizada pela empresa.

É importante esclarecer aos empresários e/ou administradores que juros e as demais despesas com a tomada de crédito, não são somente o montante devido à instituição financeira, e que os reflexos financeiros vão muito além. Assim, não há regra definida de qual é a melhor linha de crédito, pois cada caso deve ser explorado individualmente, conforme perfil de riscos, tipo do bem adquirido e o capital disponível para investimento.

Ainda mais, este estudo se justifica pela grande importância tanto para os profissionais da contabilidade, quanto para os estudantes da área e futuros contadores. O conhecimento e a habilidade destes profissionais juntamente com o aperfeiçoamento ao longo do tempo, permitem a realização de planejamentos completos por meio das simulações, visando uma maior economia e controle. Com isso, busca-se ao final de todo o processo uma melhor opção para o cliente, possibilitando uma oportunidade para agregar valor ao serviço do profissional contábil, de forma legal e responsável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Empresa e o Processo Decisório

O presente estudo procura evidenciar a importância do planejamento, para que decisões sejam tomadas visando o mais eficiente resultado para a empresa. Para Neto (1997, p. 1) “As decisões financeiras de empresas inseridas em economias em desenvolvimento requerem uma reflexão mais crítica de seus aspectos conflitantes, exigindo uma adaptação à realidade dos negócios. ”

A todo momento, os gestores deparam-se com dificuldades e questionamentos a serem enfrentados da forma mais viável econômica-financeiramente para a empresa, ou seja, tratando a tomada de crédito em confronto ao investimento, verificando e decidindo sobre a viabilidade de tais operações (DALMOLIN et al., 2019).

Atualmente, são vários os desafios para manter os empreendimentos no mercado, portanto é válido ressaltar a importância de se ter metas e objetivos claros dentro das instituições, pois a partir deles, para Hummel e Taschner (1995), busca-se a escolha de um financiamento para atender as reais necessidades em determinado momento, comparando as diversas alternativas a que se tem acesso.

Ainda segundo Hummel e Taschner (1995), toda e qualquer decisão não deve ser tomada considerando apenas uma alternativa, ou seja, devem-se analisar no mínimo duas alternativas, ou quantas apresentarem-se viáveis e disponíveis.

Decisões como tomada de crédito e investimentos requerem grande responsabilidade por parte da administração da empresa, pois se referem aos recursos da mesma, de forma mais ampla. Para Jacob (2003, p. 82) ‘‘a necessidade de utilizar recursos de terceiros deve-se à incapacidade das empresas realizarem seus investimentos e mesmo de sustentarem suas necessidades de capital de giro com os recursos próprios’’ e então surge a importância dessa área econômico-financeira para a empresa.

Diante do contexto apresentado, não há mais espaço para má administração, utilização inadequada de recursos e escolha de operações mais onerosas por falta de conhecimento, devendo sempre existir estudos comparativos e planejamento. Além disso, outro ponto relevante segundo Dalmolin et al. (2019) é o nível de conhecimento dos gestores em relação às necessidades de sua empresa e as expectativas para com a instituição financeira que se irá trabalhar. Basear-se apenas em exemplos externos não basta, é por meio da confirmação do desempenho esperado que são alcançados resultados satisfatórios e assim também, a confiança.

2.2 Financiamentos: Crédito Geral, Consórcio e Linhas BNDES

Quando as empresas recorrem aos recursos de terceiros, esses são uma ótima opção para os empreendedores em alternativa ao capital próprio. De acordo com Jacob (2003), o crédito é a situação que se estabelece uma relação, normalmente contratual entre duas partes: uma credora e outra devedora. Nesta relação, a parte credora irá conceder liquidez para a parte devedora, enquanto esta irá assumir um prêmio de liquidez ou risco, mais conhecido como juro.

Segundo Brito e Neto (2008, p. 19) ‘‘para uma instituição financeira, crédito refere-se, principalmente, à atividade de colocar um valor à disposição de um tomador de recursos sob a

forma de um empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento em uma data futura”.

A maior disponibilidade de financiamentos de longo prazo, por sua vez, permite que as empresas se lancem em empreendimentos de maior escala, o que realimenta o processo de crescimento econômico. De fato, em países com mercados de crédito e de capitais pouco desenvolvidos, a ampliação da capacidade produtiva fica basicamente limitada ao autofinanciamento das empresas, à capacidade do governo de disponibilizar fundos de longo prazo e aos movimentos de expansão e contração da liquidez internacional – determinantes no volume de captações externas (SANT’ANNA; JUNIOR; ARAUJO, 2009, p. 42).

De acordo com Sant’Anna, Junior e Araújo (2009) existe forte ligação entre o desenvolvimento econômico e a ampliação do crédito, pois a disponibilidade de recursos causa a expansão da demanda, contribuindo também para o crescimento de renda e de empregos no país.

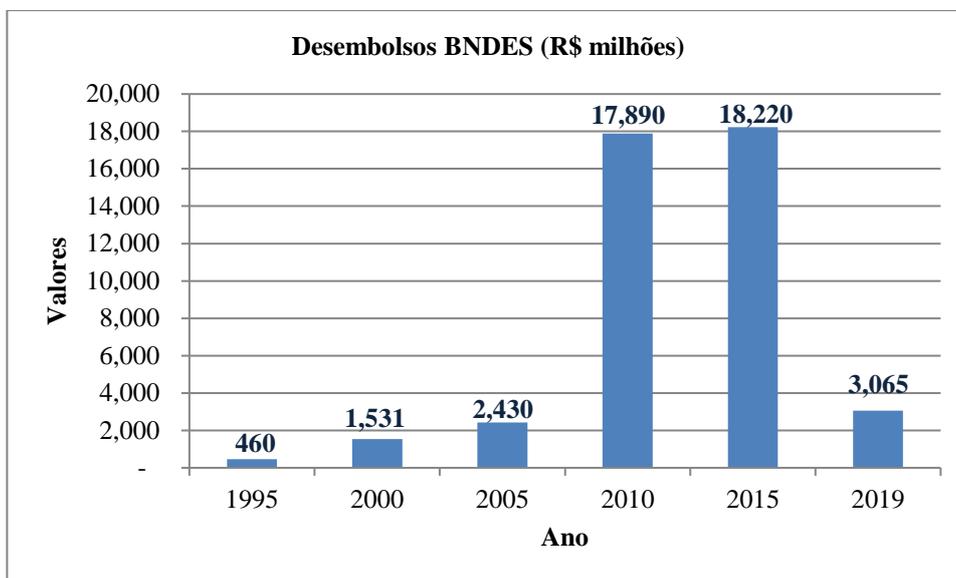
O mercado de crédito bancário é pouco desenvolvido no Brasil, devido à reduzida oferta de recursos de longo prazo para as empresas e às elevadas taxas de juros das operações. A demanda das empresas por recursos de investimento é suprida quase que exclusivamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, a oferta geral de crédito é pequena no Brasil, comparativamente aos países com economias desenvolvidas (BRITO; MARTINS, 2013, p. 31).

Com constante crescimento desse mercado, atualmente as instituições financeiras estão se atualizando conforme as necessidades das organizações e buscando atender a todos os setores. Segundo Moraes (2008, p. 401) ‘‘o BNDES vem implementando, desde a década passada, diversas linhas de crédito e programas especiais dirigidos às empresas de pequeno porte, com o objetivo de melhorar as condições de acesso aos seus financiamentos. ’’

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foi instituído em 1952, com o objetivo de proporcionar apoio financeiro ao desenvolvimento da infraestrutura econômica do Brasil, e tem como objetivo o incentivo, ampliação e investimentos das empresas, cumprindo seu papel como banco de desenvolvimento, para financiar tais investimentos (BNDES, 2019). Segundo dados do próprio BNDES, o saldo dos seus financiamentos à indústria, comércio, serviços e setor rural chegou em dezembro de 2007, a R\$ 160 bilhões, que equivalem a 25,8% do saldo total de empréstimos e de financiamentos do sistema bancário brasileiro a esses setores.

O gráfico a seguir traz os valores desembolsados pelo BNDES, para o financiamento do setor de comércio e serviços, de forma indireta, ou seja, apenas por intermédio de outras instituições financeiras. Apresenta um comparativo desde o ano de 1995 até os dias atuais, a cada 5 anos, considerando para todos os anos o período de janeiro a dezembro, enquanto o ano de 2019 contou com período de referência dos meses de janeiro a setembro.

Gráfico 01: Histórico Desembolsos BNDES



Fonte: Adaptado de BNDES, 2019.

O sistema BNDES é formado também pelo BNDESPar, uma empresa que atua como fornecedora de capital de risco, participando na subscrição de ações e debêntures conversíveis de empresas, e o FINAME, direcionado para atender demandas por recursos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, normalmente viabilizado através de repasses das instituições financeiras privadas (JACOB, 2003, p. 31).

Outra forma para intermediar a aquisição de um veículo é o consórcio. De forma simples Abrão (2016) define que o consórcio é a reunião de pessoas, físicas ou jurídicas, que pelo sistema de autofinanciamento permite que os interessados, de forma mensal, invistam seus recursos próprios, para a compra de bens ou serviços. Segundo o autor, no Brasil o consórcio possui uma grande aceitação e é muito recorrente, devido ao seu tempo de duração limitado, e principalmente por ter seu pagamento da prestação realizado de acordo com as condições do consorciado.

Fazer um investimento por meio do consórcio empresarial visa interesses comuns entre pessoas jurídicas em determinado negócio, que proporciona flexibilidade e mobilidade para os integrantes dentro do grupo e que possui conceitos próprios para regulamentar a forma de aquisição de bens e serviços. O consórcio tem sua percepção com tradução transparente de algo real, do próprio autofinanciamento, sem aporte de recursos de terceiros. Além disso, mostra grande progresso e desenvolvimento e é controlado pela administradora, com receita própria, conforme o modelo de mercado e variantes dos preços praticados (ABRÃO, 2016).

Para Jacob (2003), as decisões de onde investir e como financiar atingem diretamente os recursos da empresa, bem como sua estrutura financeira. A origem e a aplicação dos recursos são os grandes responsáveis pela alavancagem do nível de endividamento e investimento da empresa, a fim de buscar a otimização dos resultados.

Todavia, as instituições financeiras oferecem diversas linhas de crédito e cabe a cada empresa e sua administração juntamente com o setor da contabilidade, seus sócios e demais agentes, estudar as melhores opções em curto e longo prazo, considerando as necessidades da empresa. No caso do veículo, Gabriel et al. (2011) afirma que em um intervalo de confiança de 90%, a demanda de autoveículos no mercado é explicada por três principais variáveis: o preço dos bens, a taxa de juros dos financiamentos e o volume de crédito com recursos livres (taxas pré-fixadas).

As taxas de juros para as linhas de financiamento de longo prazo do BNDES são incomparavelmente mais baixas do que as taxas de juros para capital de giro praticadas pelos bancos privados. No entanto, o número de empresas que acessam estas linhas de crédito é relativamente pequeno, pois: 1) o volume de recursos do BNDES é inferior à necessidade das empresas domésticas e 2) como estas linhas de financiamento são repasses feitos pelo sistema bancário privado (o banco originador estrutura a operação, concede o empréstimo com os recursos do BNDES e é solidário em caso de inadimplência), a obtenção de recursos de longo prazo está condicionada aos padrões de análise dos bancos privados. Deste modo, a empresa que não consegue obter financiamento de bancos privados dificilmente acessa as linhas do BNDES. Quando nos defrontamos com estas evidências, concluímos que o crédito empresarial no Brasil é muito caro e extremamente restrito (CARVALHO, 2005, p. 139).

Além disso, as instituições financeiras devem estar preparadas para não só emprestar e receber recursos, como para enfrentar barreiras nesse processo. Um grande desafio para as instituições financeiras é o risco. Para Brito e Neto (2008, p. 19) “A mensuração de risco de crédito é o processo de quantificar a possibilidade de a instituição financeira incorrer em perdas, caso os fluxos de caixa esperados com as operações de crédito não se confirmem”. Brito e Neto (2008), explicam também que as empresas classificam-se em diferentes modelos de riscos de crédito considerando suas demonstrações contábeis, que refletem a situação econômico-financeira, sendo calculados a partir de diferentes índices, que são publicados juntamente com as demonstrações.

2.3 Investimento: Aquisição de um Veículo

O veículo é um bem muito comum e cada vez mais importante no dia a dia tanto das famílias, quanto das empresas, considerando a facilidade para deslocamento, conforto e otimização de tempo. “O setor automotivo envolve uma participação ampla e significativa de

subsetores com ligações para trás e para frente na cadeia produtiva. O automóvel é um bem de consumo durável de alto valor agregado incorporado aos anseios de consumo da sociedade em todas as esferas sociais” (GABRIEL et al., 2011, p. 4).

A produção brasileira de autoveículos quase quadruplicou nos últimos 20 anos. Em 1991, foram fabricados mais de 960 mil unidades no país, enquanto em 2010 foram produzidos mais de 3,6 milhões de veículos. Desde 2003, os licenciamentos aumentaram continuamente. A substancial elevação das vendas é atribuída, entre outros fatores: ao crescimento da renda média dos brasileiros; à ascensão social de parcela da população, que possibilita a aquisição do primeiro carro para muitos indivíduos pertencentes à classe C; à redução dos níveis de desemprego; ao maior acesso ao crédito; à redução das taxas de juros; e ao alongamento dos prazos de financiamentos (BARROS; PEDRO, 2011, p. 182).

Segundo Gabriel et al. (2011, p. 7) “a indústria automotiva no Brasil apresentou um crescimento bastante significativo no período recente. Ao considerar a produção de veículos, desde 1957, observa-se, que a partir de 2003 o país tem alcançado recordes históricos. ”

Sobre o aumento da demanda de autoveículos no país, para Gabriel et al. (2011), essa demanda tem aumentado cada vez mais devido ao volume de crédito que tem se voltado a esse setor. Operações voltadas aos automotores fazem com que a sociedade brasileira tenha optado pela aquisição do bem com prestações mensais que “cabem em seu bolso”, influenciando diretamente nos custos finais do bem.

É constante o aumento da procura pelo bem, tanto por pessoas físicas, quanto jurídicas, devido às várias vantagens que o veículo proporciona. Para desfrutar dessas vantagens, e ter seu custo benefício válido para a saúde financeira das instituições, reforça-se a importância de análise e planejamento pelos adquirentes do bem, que devem buscar sempre as melhores alternativas.

2.4 Impactos Contábeis e Financeiros na Aquisição de Veículos

A relação entre linhas de crédito e os efeitos contábeis que envolvem essas operações é um assunto muito abordado diariamente, pois está presente diretamente no cotidiano das empresas. Hummel e Taschner (1995) afirmam que há diferentes objetivos a serem alcançados com a análise de financiamentos bancários. Um dos objetivos baseia-se na comparação da taxa nominal que é apresentada pelas instituições financeiras, com a taxa de juros compostos real que será paga pela empresa que fará o empréstimo, visando determinar de forma efetiva essa taxa. Os autores defendem que existe diferença entre as taxas citadas devido à inflação e algumas condições específicas do empréstimo que está sendo realizado,

como forma de pagamento, tempo da tomada até a liquidação do empréstimo, garantias (exemplos: alienação do bem adquirido com o empréstimo, aval), etc.

A análise de diferentes alternativas de financiamentos possibilita maior eficiência econômico-financeira nas instituições, visto que considera maior número de dados e informações.

A seleção de alternativas requer que as possíveis diferenças entre alternativas sejam claramente especificadas. Sempre que possível, essas diferenças devem ser quantificáveis numa unidade comum (geralmente unidade monetária), para fornecer uma base para a seleção dos investimentos. Os eventos não quantificáveis devem ser, entretanto, claramente especificados a fim de que os responsáveis pela tomada de decisão tenham todos os dados necessários relacionados de forma a poder tomar sua decisão. Em certos casos, a alternativa mais econômica não é a melhor solução em função dos dados não monetários, ou não quantificáveis (HUMMEL; TASCHNER, 1995, p. 27).

Por meio dos relatórios contábeis é possível avaliar diversas informações fundamentais para a tomada de crédito, tanto por parte dos tomadores, como pelas instituições financeiras. Os relatórios contábeis trazem dados financeiros que irão deixar claro qual a capacidade de investimento da empresa, bem como sua capacidade de pagamento, considerando valores e prazos. Também, referindo-se as diferentes linhas de crédito, é através de simulações contábeis, que complementem as simulações bancárias e que tragam dados comparativos, que é possível que a gestão da empresa possa chegar a conclusões sobre quais são as opções menos onerosas (BRITO; MARTINS, 2013).

Conforme Hummel e Taschner (1995, p. 172) “o conhecimento das taxas reais é fundamental para a negociação com as instituições financeiras e para uma avaliação do grau de alavancagem positiva ou negativa que o financiamento criará para a empresa.”

Devido às mudanças que ocorrem na sociedade, com maiores necessidades, melhor acesso e mais opções para realizar investimentos, para Brito e Martins (2013), um importante fator a ser considerado, é o conservadorismo, ou seja, a continuidade de formas mais tradicionais para se trabalhar. O principal fator que pode levar os credores a continuidade da demanda de crédito é a maior eficiência e resultados satisfatórios com contratos passados. Pode-se ponderar que quando a empresa antecipa o reconhecimento dos resultados ou perdas nas demonstrações contábeis, há tempo hábil para criar estratégias, assim permitindo que os credores adotem medidas para proteger os seus capitais.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à forma de abordagem do problema ou método tratou-se de uma pesquisa qualitativa, pois buscou analisar os impactos para as empresas causados pela aquisição de um bem por diferentes linhas de crédito, e ainda buscou demonstrar a importância do planejamento no processo decisório para se obter melhores resultados, assim, salientando as interpretações dos eventos.

Para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa trabalha com propósito voltado às relações, processos e fenômenos, respondendo a questões particulares que não tem seu entendimento por meio de variáveis, pois seu nível de realidade não pode ser quantificado. A pesquisa qualitativa volta-se às ciências sociais, ou seja, tem sua preocupação em significados, crenças, valores, motivos e atitudes.

Quanto aos seus objetivos esta pesquisa classificou-se como descritiva, pois descreveu características de determinados fenômenos, utilizando técnicas padronizadas para coletar os dados necessários para as simulações nas diferentes linhas de crédito.

Na pesquisa descritiva, segundo Andrade (2003, p. 124) “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.” Além disso, a pesquisa buscou proporcionar uma nova visão do problema, problema esse, que trata do planejamento e tomada de decisão dentro das instituições para obter alternativas menos onerosas.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa foi classificada como bibliográfica e documental. É bibliográfica, pois aborda o que outros autores já trataram sobre o assunto, ou seja, com base em material já publicado, como livros, revistas, jornais, dissertações, dentre outros. Segundo Gil (1999, p. 65) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Quanto aos procedimentos técnicos trata-se também de uma pesquisa documental, pois para a realização do trabalho foram feitas pesquisas em materiais fornecidos por uma instituição financeira, que serviram de base para explanar as diferentes linhas de crédito abordadas. Após definir a empresa e o bem adquirido e realizar as simulações, essas foram

utilizadas para realizar o registro contábil e analisar os impactos contábeis e financeiros, assim possibilitando a identificação de qual linha de crédito é a mais vantajosa para a empresa.

Assemelha-se à pesquisa bibliográfica, porém vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Dentre os mais utilizados nas pesquisas estão: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, relatórios, tabelas, etc. (GIL, 1999).

3.2 Plano e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e observação. A pesquisa documental ocorreu com a análise de documentos fornecidos por uma instituição financeira, contendo as informações necessárias para explicar as linhas de crédito utilizadas no trabalho, como taxas e funcionamento de cada operação, a fim de compreender as relações dos fatos apresentados.

A coleta de dados realizou-se também por meio da observação, pois com base em manuais e simuladores de crédito, foram filtrados dados relevantes para elaboração do trabalho, que possibilitassem o cálculo dos impactos financeiros de cada linha de crédito simulada para as empresas. Foram examinados fatos e fenômenos a partir de características idênticas tratando da mesma empresa, comparando diferentes alternativas disponíveis, de forma planejada, estruturada e principalmente registrada, para se chegar a resultados que sejam relevantes, bem como, encontrar a alternativa disponível com o melhor custo benefício para a empresa.

3.3 Plano e Análise dos Dados

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Martins e Theófilo (2009, p. 99) “busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis. Não trabalha somente com o texto, mas também com o contexto. Deseja-se inferir sobre o todo da comunicação.” Para os autores a análise de conteúdo visa estudar a comunicação, identificar e medir a clareza das mensagens, descrever tendências em seu contexto de forma objetiva e sistemática, buscando a essência nos detalhes das informações, como ocorreu com a análise das diferentes simulações. A partir das

simulações e do processo de contabilização foi possível analisar qual linha de crédito apresentou-se como melhor alternativa, ou seja, analisando seus impactos contábeis e financeiros, e identificando a opção mais vantajosa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação da Empresa Padrão Objeto do Estudo

Para a realização do estudo, foi necessário definir algumas características como forma de padronização de uma empresa que será objeto das simulações propostas. Trata-se de uma empresa de pequeno porte e o setor escolhido foi o de comércio cujo propósito da aquisição de um veículo é auxiliar o transporte das compras e entrega das vendas efetuadas. Trata-se de um veículo com valor de referência em cem mil reais (R\$ 100.000,00) a fim de melhor visualizar os cálculos. Para possibilitar um comparativo mais amplo, a fim de abranger o perfil da maioria das empresas existentes em nosso país, as simulações foram realizadas com empresas de diferentes graus de risco.

Dentre os diversos fatores que influenciam na tomada de crédito, a classificação de risco, conhecido também como “rating” (em português significa classificação, avaliação, ou nota) é de grande importância. Em outras palavras é uma classificação quanto ao risco de crédito do cliente, e esta se forma frente à instituição financeira a partir da apuração de alguns valores, como o saldo devedor das últimas operações, cartão de crédito, utilização de cheque especial, faturamento, renegociações, entre outros. Com isso, as condições e algumas variáveis para a tomada de crédito nas instituições financeiras podem alterar-se de empresa para empresa.

Referente às classificações do “rating”, são várias as suas formas de apresentação. Algumas grandes agências de classificação, como a Moody’s, a Fitch e a S&P Standard & Poor’s concluem a classificação representada por letras, como A, B, C, D, sendo que “A” representa o grau de risco baixíssimo, ou seja, o melhor, e assim sucessivamente (RENDA FIXA, 2019). Algumas dessas agências utilizam também expressões com a repetição da letra ou ainda acrescidas de símbolos como positivo (+) ou negativo (-). No presente estudo, foram utilizados três níveis básicos, nível 1, nível 2 e nível 3, correspondendo o nível 1 ao nível baixíssimo, ou seja, o melhor qualificado, nível 2 de bom a intermediário e nível 3 considerando o nível mais alto de risco, ou o nível com maiores especulações. Para a Empresa

com Risco de Nível 1 será utilizada a expressão ERN1, assim como ERN2 para a Empresa com Risco de Nível 2 e ERN3 para a Empresa com Risco de Nível 3.

Além disso, para trazer um maior entendimento e uma maior clareza acerca do processo de contabilização, o tempo de duração do financiamento foi estipulado como sendo o mesmo para as três alternativas de crédito, sendo este de sessenta (60) meses, e os pagamentos das parcelas, realizados mensalmente, conforme comumente acontece.

4.2 Linhas de Crédito Disponíveis no Mercado para Aquisição de Veículos e Simulações

Foram escolhidas três diferentes linhas de crédito para simulação da aquisição do veículo: a primeira trata-se de um crédito geral específico para veículos, a segunda de um consórcio, que traz características bem peculiares do produto e distintas das demais, e por último um crédito por intermédio de uma instituição financeira, porém com recurso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). As linhas foram escolhidas por contarem com características distintas uma da outra, adotando processos e mecanismos para as operações, específicos de cada linha. Além disso, são atualmente linhas de crédito disponíveis e as mais utilizadas na instituição financeira pesquisada como referência.

4.2.1 Crédito Geral

A forma mais comum de financiamento de veículos é o chamado “crédito veículo” que trata basicamente do financiamento do valor do bem, disponibilizado ao cliente mediante contrato/acordo de pagamento. Ao tomador do crédito é liberado (crédito em conta) o valor de avaliação do veículo conforme tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) que serve como referência no valor de base de veículos no Brasil, ou seja, um parâmetro para negociações e avaliações no mercado (FIPE, 2019).

O pagamento das parcelas pode ser realizado mensal ou semestralmente, no dia em que a empresa preferir e para o primeiro pagamento esta linha não possui carência.

Sobre as tarifas e encargos na linha de crédito geral para pessoa jurídica são incidentes a TAC (Taxa de Abertura de Crédito), taxa de juros e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), contudo, a instituição financeira trabalhada para o presente estudo não possui a

TAC. O crédito possui algumas características próprias da linha como alienação fiduciária do veículo, que precisa estar livre de ônus e ter no máximo dez anos de fabricação.

Geralmente, é indicado realizar o seguro do bem financiado, visto que, diante de algum acidente que possa vir a acontecer com o veículo, seu proprietário irá dispor do capital para cumprir com o compromisso. Além disso, sugere-se a indicação de aval para facilitar a aprovação do crédito, depois de devidamente encaminhado.

Ainda mais, o crédito geral possui um trâmite de processamento relativamente rápido, levando em consideração que o prazo de liberação é de aproximadamente três (3) dias.

O valor das parcelas pode ser calculado conforme sistema Price (Sistema Frances de Amortização) ou SAC (Sistema de Amortização Constante). Os cálculos com sistema Price possuem parcelas fixas, recomendado para parcelas mensais. A composição das parcelas é feita de parte capital e parte juros, considerando o prazo total do financiamento e já realizando essa distribuição proporcionalmente. Quando houver antecipação, será descontado somente o juro das parcelas antecipadas. Os valores de amortização mensais são crescentes, enquanto os juros são decrescentes (FINANCIAMENTO, 2019).

Já os cálculos com parcelas SAC, são atrelados ao percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), recomendado para pagamento semestral. As parcelas são calculadas pelo capital dividido pelo número de parcelas mais juros aplicados sobre o saldo devedor. As parcelas são decrescentes e quando houver liquidação antecipada será sempre reduzido 100% do juro do período referente à antecipação. A liquidação antecipada poderá ocorrer a qualquer momento do valor desejado, reduzindo o valor das parcelas conforme o prazo de antecipação. Neste sistema enquanto as prestações são decrescentes, a amortização é constante (FINANCIAMENTO, 2019).

Segue abaixo as simulações do financiamento de forma resumida, calculado conforme sistema Price, ou seja, parcelas fixas, de parte capital e parte juros, atentando para o fato de que a taxa de juros se altera de acordo com o risco de crédito de cada empresa. Referente ao IOF, este é retido no momento da liberação do crédito, portanto no primeiro mês da operação. O crédito veículo possui IOF básico de 3% e IOF adicional de 0,38% do valor financiado, neste caso deve-se considerar o valor de R\$3.380,00.

Quadro 01: Crédito Geral – Resumo das simulações do financiamento para ERN1 (taxa de juros de 1,39% a.m., ERN2 (taxa de juros de 1,43% a.m.) e ERN3 (taxa de juros de 1,48% a.m.)

ERN1	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELAS	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 15.643,68	R\$ 13.973,28	R\$ 29.616,96	R\$ 86.026,72
Ano 2	R\$ 86.026,72	R\$ 13.126,23	R\$ 16.490,73	R\$ 29.616,96	R\$ 69.535,99
Ano 3	R\$ 69.535,99	R\$ 10.155,23	R\$ 19.461,73	R\$ 29.616,96	R\$ 50.074,26
Ano 4	R\$ 50.074,26	R\$ 6.648,98	R\$ 22.967,68	R\$ 29.616,96	R\$ 27.106,58
Ano 5	R\$ 27.106,58	R\$ 2.511,03	R\$ 27.106,58	R\$ 29.617,31	R\$ -
Total		R\$ 48.085,15	R\$ 100.000,00	R\$ 148.085,15	
ERN2	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELAS	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 16.106,48	R\$ 13.819,96	R\$ 29.926,44	R\$ 86.180,04
Ano 2	R\$ 86.180,04	R\$ 13.539,28	R\$ 16.387,16	R\$ 29.926,44	R\$ 69.792,88
Ano 3	R\$ 69.792,88	R\$ 10.495,18	R\$ 19.431,26	R\$ 29.926,44	R\$ 50.361,62
Ano 4	R\$ 50.361,62	R\$ 6.885,62	R\$ 23.040,82	R\$ 29.926,44	R\$ 27.320,80
Ano 5	R\$ 27.320,80	R\$ 2.605,53	R\$ 27.320,80	R\$ 29.926,33	R\$ -
Total		R\$ 49.632,09	R\$ 100.000,00	R\$ 149.632,09	
ERN3	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELAS	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 16.685,83	R\$ 13.629,77	R\$ 30.315,60	R\$ 86.370,23
Ano 2	R\$ 86.370,23	R\$ 14.058,10	R\$ 16.257,50	R\$ 30.315,60	R\$ 70.112,73
Ano 3	R\$ 70.112,73	R\$ 10.923,74	R\$ 19.391,86	R\$ 30.315,60	R\$ 50.720,87
Ano 4	R\$ 50.720,87	R\$ 7.185,11	R\$ 23.130,49	R\$ 30.315,60	R\$ 27.590,38
Ano 5	R\$ 27.590,38	R\$ 2.725,68	R\$ 27.590,38	R\$ 30.316,06	R\$ -
Total		R\$ 51.578,46	R\$ 100.000,00	R\$ 151.578,46	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Diante do exposto, percebe-se o gradativo aumento no valor total da operação conforme a mudança do grau de risco da empresa. É válido ressaltar que isso acontece devido à mudança das taxas descritas anteriormente. No quadro 01, apresentam-se os valores pagos anualmente no somatório das parcelas, bem como, sua composição de parte capital, sendo este amortizado no decorrer do financiamento e de parte juros, apresentados em seus valores totais anuais.

4.2.2 Consórcio

O consórcio é regido pela Lei n ° 11.795/08 e fiscalizado pelo Banco Central. É uma forma de planejamento na aquisição de bens e/ou serviços a fim de alguma realização ou aumento do patrimônio. É uma opção para adquirir um bem onde não há incidência de juros, apenas de uma taxa de administração que se refere a um percentual no pagamento mensal como remuneração a empresa administradora do consórcio.

Também, alguns contratos podem contar com outra taxa que é o fundo de reserva, este que é uma forma de garantia do grupo caso venha acontecer alguma desistência ou

inadimplência de algum participante. Ao encerramento do grupo, o valor pago ao fundo de reserva que não for utilizado durante a vigência da operação é devolvido ao consorciado.

As formas de contemplação do consórcio podem ser por meio de sorteio, lance livre e lance fixo, e o prazo para a mesma pode variar de um (1) a sessenta (60) meses. O sorteio ocorre em assembleias realizadas pela administradora do consórcio mensalmente, o consorciado não precisa desembolsar valor algum para receber o crédito, no entanto, precisa ter realizado o pagamento da parcela mensal antes do vencimento para participar da assembleia de contemplação, ou ainda o sorteio pode ter como base a loteria federal. A data da parcela mensal é definida pela administradora.

Uma forma mais rápida para contemplação é através dos lances. O lance livre não possui limites de valor, é quando o participante determina o valor disponível para o lance, informando o mesmo a administradora antes das assembleias, enquanto o lance fixo possui uma porcentagem da carta de crédito (documento relacionado à compra do bem), conforme definida pela administradora.

Outras características relevantes são em relação ao bem, que não pode ter idade superior a dez (10) anos e não pode ser adquirido de pessoa com vínculo de parentesco. Além disso, é realizada a alienação do bem à administradora do consórcio e também a instituição financeira recomenda o seguro do bem para a operação.

Sempre haverá um bem referência para a carta, neste caso, o veículo. Pode-se financiar até cento e dez (110)% da tabela Fipe do veículo, conforme valor comprovado com nota fiscal ou DUT (Documento Único de Transferência) preenchido. Também, as parcelas são calculadas levando em consideração o valor do bem referência conforme tabela Fipe, acrescido da taxa de administração mais o fundo de reserva, quando houver, divididos pelo número de parcelas. O valor das parcelas é fixo e sempre que o bem de referência sofrer ajuste de valor para mais ou para menos, o valor da parcela muda proporcionalmente, para garantir que todos os consorciados consigam adquirir o bem.

A liquidação antecipada poderá ocorrer de acordo com o número de parcelas desejadas, por meio de solicitação de boleto a administradora, porém não ocorrerá redução no valor das parcelas, nem desconto da taxa de administração, tornando-se assim pouco atrativa.

Abaixo, segue simulação, contando com taxa de administração de 10% totalizando o valor de R\$10.000,00 e fundo de reserva 3% sendo o valor de R\$3.000,00, este último que se não utilizado é devolvido ao consorciado no final da operação.

Quadro 02: Consórcio – Resumo Simulação

	SALDO INICIAL	PARCELA/AMORT	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 113.000,00	R\$ 22.600,00	R\$ 90.400,00
Ano 2	R\$ 90.400,00	R\$ 22.600,00	R\$ 67.800,00
Ano 3	R\$ 67.800,00	R\$ 22.600,00	R\$ 45.200,00
Ano 4	R\$ 45.200,00	R\$ 22.600,00	R\$ 22.600,00
Ano 5	R\$ 22.600,00	R\$ 22.600,00	R\$ -
Total		R\$ 113.000,00	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O resumo acima, com uma visão simplificada do funcionamento do consórcio, traz como valor inicial o total da carta (valor do bem), já acrescido da taxa de administração, bem como, do fundo de reserva, assim, ao longo dos sessenta (60) meses, amortiza-se de forma igualitária todo o valor do crédito. Deve-se salientar que ao final da operação, o valor do fundo de reserva (R\$3.000,00), retorna ao consorciado, desde que não seja utilizado, visto que o consórcio é atrelado a um bem e este pode sofrer alterações de valor.

4.2.3 Linha BNDES

O BNDES tem como objetivo o financiamento e o investimento em todos os setores da economia e por isso está constantemente aprimorando suas linhas de crédito para melhor atender a demanda do país em busca do desenvolvimento (BNDES, 2019). Os financiamentos apresentam-se de forma direta quando realizado diretamente com o BNDES, ou indireta quando realizado o financiamento por intermédio de uma instituição financeira, como é o caso deste estudo.

A linha utilizada visa atender a pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no país que são classificadas como microempresa ou pequena empresa, portanto, beneficia empresas com faturamento até quatro milhões e oitocentos mil reais (R\$4.800.000,00), sendo este um requisito para realizar a operação. Quanto à forma de pagamento, a carência da linha pode ser trimestral ou semestral e a periodicidade das parcelas mensal ou semestral. No caso das simulações foram utilizadas parcelas mensais visando maior facilidade no comparativo da contabilização com as outras linhas.

O BNDES traz algumas particularidades, uma delas é que somente pode ser adquirido veículo zero km e a alienação e o seguro do bem são obrigatórios. Outro fator importante é o prazo para liberação do recurso, que é de aproximadamente trinta (30) dias.

A data das parcelas será sempre no dia quinze (15) do mês e são calculadas dividindo o capital financiado pelo número de parcelas, acrescido dos juros calculados sobre o saldo devedor, sendo assim decrescentes.

Além disso, indica-se pela instituição financeira a utilização de garantia real e/ou aval para a aprovação do crédito, e após liberação, a liquidação antecipada poderá ocorrer somente do total do saldo devedor do título.

A taxa de juros da linha se forma a partir de: custo financeiro BNDES + Taxa BNDES + Taxa Agente Financeiro. Por isso, pode haver alteração desta taxa devido ao custo financeiro estar atrelado a taxas como TLP (Taxa de Longo prazo), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), entre outras. Também, a taxa do agente pode variar devido à taxa de risco do tomador de crédito.

A linha conta apenas com o IOF adicional, a taxa de 0,38%, totalizando R\$380,00 debitados na liberação do crédito. Seguem abaixo as simulações, lembrando-se da alteração das taxas devido ao nível de risco de cada empresa.

Quadro 03: Linha BNDES – Resumo Simulações

ERN1	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELA	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 10.093,84	R\$ 20.000,00	R\$ 30.093,83	R\$ 80.000,00
Ano 2	R\$ 80.000,00	R\$ 7.871,34	R\$ 20.000,00	R\$ 27.871,34	R\$ 60.000,00
Ano 3	R\$ 60.000,00	R\$ 5.648,84	R\$ 20.000,00	R\$ 25.648,84	R\$ 40.000,00
Ano 4	R\$ 40.000,00	R\$ 3.426,35	R\$ 20.000,00	R\$ 23.426,35	R\$ 20.000,00
Ano 5	R\$ 20.000,00	R\$ 1.203,85	R\$ 20.000,00	R\$ 21.203,85	R\$ -
TOTAL		R\$ 28.244,21	R\$ 100.000,00	R\$ 128.244,21	R\$ -
ERN2	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELA	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 10.532,55	R\$ 20.000,00	R\$ 30.532,55	R\$ 80.000,00
Ano 2	R\$ 80.000,00	R\$ 8.213,45	R\$ 20.000,00	R\$ 28.213,45	R\$ 60.000,00
Ano 3	R\$ 60.000,00	R\$ 5.894,37	R\$ 20.000,00	R\$ 25.894,37	R\$ 40.000,00
Ano 4	R\$ 40.000,00	R\$ 3.575,27	R\$ 20.000,00	R\$ 23.575,27	R\$ 20.000,00
Ano 5	R\$ 20.000,00	R\$ 1.256,17	R\$ 20.000,00	R\$ 21.256,17	R\$ -
TOTAL		R\$ 29.471,81	R\$ 100.000,00	R\$ 129.471,81	R\$ -
ERN3	SALDO INICIAL	JUROS	AMORT	PARCELA	SALDO FINAL
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Ano 1	R\$ 100.000,00	R\$ 10.969,35	R\$ 20.000,00	R\$ 30.969,35	R\$ 80.000,00
Ano 2	R\$ 80.000,00	R\$ 8.554,09	R\$ 20.000,00	R\$ 28.554,09	R\$ 60.000,00
Ano 3	R\$ 60.000,00	R\$ 6.138,82	R\$ 20.000,00	R\$ 26.138,82	R\$ 40.000,00
Ano 4	R\$ 40.000,00	R\$ 3.723,55	R\$ 20.000,00	R\$ 23.723,55	R\$ 20.000,00
Ano 5	R\$ 20.000,00	R\$ 1.308,27	R\$ 20.000,00	R\$ 21.308,27	R\$ -
TOTAL		R\$ 30.694,08	R\$ 100.000,00	R\$ 130.694,08	R\$ -

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Neste caso, por tratar-se de uma linha de crédito que tem a formação de sua taxa composta a partir de diferentes variáveis, a mesma também apresentou divergência em seus

montantes finais, ou seja, aumenta o risco de crédito, aumenta também os valores pagos ao final do financiamento. Objetivando simplificar sua visualização, no quadro 03, apresentam-se os resumos como nos exemplos anteriores, com o somatório dos cálculos anuais.

4.3 Registros Contábeis na Empresa

Neste capítulo, serão apresentados os lançamentos contábeis que irão refletir na empresa, em três determinados momentos: na contratação do financiamento, ao longo do mesmo, e ao final, em seu encerramento e/ou liquidação.

4.3.1 Contratação do Financiamento

No primeiro momento é necessário realizar a escrituração da contratação do financiamento, quando acordado e assinado conforme posse do contrato pela empresa. A escrituração contábil formalizará o fato, na data em que for efetivado, assim dando início a operação na contabilidade da empresa.

Quadro 04: Lançamentos Contábeis na Contratação do Financiamento

Crédito Geral	Consórcio	Linha BNDES
D – Conta Banco Movimento C – Empréstimos e Financiamentos (PC) C- Empréstimos e Financiamentos (PNC)	D – Adiantamento de Consórcio (ANC) C – Conta Banco Movimento	D – Conta Banco Movimento C – Empréstimos e Financiamentos (PC) C- Empréstimos e Financiamentos (PNC)
D – Despesa com IOF C- Conta Banco Movimento		D – Despesa com IOF C- Conta Banco Movimento
D – Veículo C – Banco Conta Movimento		D – Veículo C – Banco Conta Movimento

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Observa-se que os lançamentos contábeis do financiamento a Crédito Geral e da linha do BNDES possuem grande semelhança, pois ambos seguem o mesmo trâmite para os primeiros registros. Na liberação do valor financiado, o mesmo é acessado pelo cliente quando credita em sua conta bancária, e este por sua vez realiza o pagamento ao fornecedor de qual fez a aquisição do bem. Outra peculiaridade entre as linhas é a cobrança do IOF, que não é diluído ao longo das parcelas e sim, tem sua totalidade paga no momento da liberação

do crédito, portanto faz parte dos primeiros lançamentos. Diferentemente, o consórcio traz algumas contas específicas, que ao longo de toda a escrituração há o uso de contas que se diferem das demais linhas.

4.3.2 Período do Financiamento

Ao longo do período do financiamento são necessários ajustes mensais na contabilidade da empresa, considerando os pagamentos efetuados, que estarão amortizando o valor total financiado.

Quadro 05: Lançamentos Contábeis Mensais do Financiamento

Crédito Geral	Consórcio	Linha BNDES
D – Financiamento (PC) D - Despesa de Juros C – Banco Conta Movimento D – Despesa de Depreciação C – (-) Depreciação Acumulada de Veículos (1/60)	Antes da Contemplação: D – Adiantamento de Consórcio C – Banco Conta Movimento Na Contemplação: D – Veículo C – Adiantamento de Consórcio C – Consórcio a pagar (PC) C – Consórcio a pagar (PNC) Após Contemplação: D – Consórcio a pagar C – Banco Conta Movimento D – Despesa de Depreciação C – (-) Depreciação Acumulada de Veículos (1/60)	D – Financiamento (PC) D - Despesa de Juros C – Banco Conta Movimento D – Despesa de Depreciação C – (-) Depreciação Acumulada de Veículos (1/60)

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Para duas das três linhas simuladas, ao longo dos sessenta (60) meses que a operação estiver em aberto segue o mesmo fluxo dos primeiros lançamentos. Enquanto o crédito geral e linha BNDES estarão durante o período amortizando o capital financiado e desembolsando os juros mensalmente, o consórcio conta com uma situação diferenciada. No consórcio, a contemplação da carta não possui data prevista para acontecer, visto que, seguindo o pagamento das parcelas, sem realizar alguma modalidade de lance, o consorciado irá aguardar pelo sorteio. Isso significa que não se sabe ao certo quando acontecerá a contemplação, que consiste na liberação do valor total de sua carta, e por isso, ao longo dos sessenta meses, existirão lançamentos em três momentos: antes da contemplação, na contemplação e após a contemplação, quando a empresa já acessou o recurso e adquiriu efetivamente o veículo.

Também, é a partir da aquisição do veículo que se iniciam os lançamentos contábeis de depreciação do bem, em todas as linhas, visto que, para fins de contabilização a vida útil do bem trabalhado, que é o veículo, é de cinco (5) anos, por isso o lançamento utilizado foi considerando a depreciação de um sessenta avos (1/60), que significa a depreciação distribuída mensalmente nos cinco (5) anos.

4.3.3 Lançamentos Finais do Financiamento

Ao final do período, a empresa tomadora do crédito, deve da mesma maneira realizar os devidos registros referentes à liquidação do contrato, conforme cada linha exige.

Quadro 06: Lançamentos Contábeis ao Final do Financiamento

Crédito Geral	Consórcio	Linha BNDES
D – Financiamento D - Despesa de Juros C – Banco Conta Movimento	D – Consórcio a pagar C – Banco Conta Movimento	D – Financiamento D - Despesa de Juros C – Banco Conta Movimento

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Ao final das operações, pode-se analisar que os lançamentos são realizados para zerar os saldos das contas do passivo, isso significa que são lançamentos voltados à extinção das obrigações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito empresarial tem se tornado uma grande ponte entre o planejamento e a concretização de investimentos e melhorias, gerando um apoio e incentivo para os setores que empregam milhões de pessoas em nosso país, possibilitam o crescimento das empresas, a geração de renda e uma concorrência saudável, que deve estar presente em uma economia capitalista. Portanto, o presente estudo é de grande relevância, pois esclarece os impactos contábeis e financeiros que incidem sobre operações de aquisição de veículos pelas empresas, classificadas conforme seu grau de risco.

Os efeitos contábeis e financeiros são muitas vezes desconhecidos pelas organizações quando se utilizam de uma operação de crédito, sobretudo quando linhas de crédito são utilizadas para a aquisição de um bem bastante comum como o veículo.

Um dos objetivos do estudo foi definir as características da empresa adquirente do veículo classificada em diferentes graus de risco, onde se apresentou a empresa do setor de comércio e sua necessidade em relação ao veículo. Diante do exposto, referente aos diferentes níveis de risco, pode-se constatar que estes geram impactos positivos e negativos de acordo com o nível a que a empresa se encontra. O consórcio não está atrelado ao risco, enquanto as linhas de crédito geral e do BNDES estão diretamente ligadas a essa variável, pois ambas possuem alterações em suas taxas de juros, e conseqüentemente, valores finais mais onerosos em determinados casos.

Referente ao propósito de definir diferentes linhas de crédito oferecidas no mercado para aquisição de veículos, as três linhas foram escolhidas de acordo com a maior demanda na instituição financeira que se realizou a pesquisa, como também, de acordo com a disponibilidade destas linhas pela instituição. Conforme demonstrado nas simulações, foram explanadas as principais características de cada linha, constatando que algumas especificações causam reflexos tanto financeiros, quanto contábeis, na alteração de valores e cronograma de pagamentos. As simulações possibilitaram através dos quadros, a visualização dos impactos e variações financeiras, causadas pelas diferentes taxas, respectivas a cada linha e a interferência ou não do "rating" de cada empresa.

Este artigo buscou identificar qual linha de crédito é mais vantajosa para uma empresa na aquisição de um veículo sob os aspectos contábeis e financeiros. A partir do estudo realizado, entre as linhas de crédito mais comuns, o consórcio possui o menor custo financeiro, ou seja, possui o menor montante final. Isso se deve principalmente ao fato de não contar com juros, e sim com apenas uma taxa de administração, cobrada pela administradora do consórcio. Porém, em contrapartida a vantagem financeira, a aquisição do bem não é imediata, devido ao processo de contemplação, que pode ocorrer do primeiro ao último mês de vigência do consórcio.

Para o empresário que deseja adquirir o bem de imediato, a alternativa mais rápida é o crédito geral, no entanto é a alternativa mais onerosa, sendo o total de juros aproximadamente 50% do valor do bem, portando a agilidade da linha em contrapartida custará mais caro ao empresário.

Já o crédito por intermédio do BNDES se equipara ao crédito geral, tratando dos impactos contábeis, pois os lançamentos ao longo da escrituração contábil seguirão convergentes, apenas podem-se levar alguns dias a mais para liberação do recurso. Contudo, em relação aos impactos financeiros, a linha possui uma grande vantagem, sendo em termos monetários uma diferença de aproximadamente R\$20.000,00 em contraste ao crédito geral.

As conclusões obtidas no presente trabalho formaram-se a partir da escolha de algumas características, como o setor da empresa e o valor do bem, além de ter seus resultados baseados em indicadores e taxas do segundo semestre do ano de dois mil e dezenove (2019). Esses padrões podem alterar-se ao longo do tempo, conforme expectativas futuras para a economia do país, bem como, com a alteração das características da empresa e/ou bem financiado. Portanto, não serve como resultado generalizado a todas as situações e daí a importância das simulações e de uma assessoria contábil para cada caso.

Para trabalhos posteriores sugere-se a utilização de outras linhas de crédito a que a empresa tiver acesso, ou disponíveis na instituição financeira trabalhada, como exemplo o leasing, que trará diferentes impactos para a empresa. Além disso, sugere-se também, a investigação dos reflexos tributários em operações financeiras, com diferentes linhas de crédito. Seria de grande valia a continuidade dessa análise, visando proporcionar ao empresário uma gama de informações relevantes no momento da tomada de decisão, e para o profissional contábil uma oportunidade de explanar a importância e os reflexos dessas operações para as empresas.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Do consórcio**. Leya. 2016.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, 2003.

BARROS, Daniel Chiari e PEDRO, Luciana Silvestre. **As mudanças estruturais do setor automotivo, os impactos da crise e as perspectivas para o Brasil**. BNDES Setorial, p. 173-202. 2011.

BNDES. **Transparência**. Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho>>
Acesso em 31 ago. 2019.

BRITO, Giovani Antonio Silva e MARTINS, Eliseu. **Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil**. BBR-Brazilian Business Review, v. 10, p. 27-48. 2013.

BRITO, Giovani Antonio Silva e NETO, Alexandre. Assaf. **Modelo de classificação de risco de crédito de empresas**. Revista Contabilidade & Finanças, 18-29. 2008.

DALMOLIN, Domingos et al. **O papel da confiança nas decisões financeiras de financiamentos organizacionais**. Enfoque: Reflexão Contábil, p. 141–159, 2019.

DE CARVALHO, Antonio Gledson. **Lei de falência, acesso ao crédito empresarial e taxas de juros no Brasil**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 25, p. 131-153. 2005.

FINANCIAMENTO. **Sistema Price e Sistema SAC**. Disponível em: <<http://www.financiamento.com.br/faq/diferenca-sistema-sac-price.php?>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA. **Veículos**. Disponível em: <<https://veiculos.fipe.org.br/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

GABRIEL, Luciano F. et al. **Uma análise da indústria automobilística no Brasil e a demanda de veículos automotores: algumas evidências para o período recente**. Anais do 39º Encontro Nacional de Economia, ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo, Atlas, 1999.

HUMMEL, Paulo Roberto Vampre e TASCHNER, Mauro Roberto Black. **Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos: engenharia econômica: teoria e prática**. 4ª ed. Atlas, 1995.

JACOB, Claudio Avanian. **Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa**. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes, 2002.

MORAIS, Jose M. **Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos Constitucionais de financiamento**. De Negri, JA (comp.) Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica, Brasília, 2008.

NETO, Alexandre Assaf. **A dinâmica das decisões financeiras**. Caderno de estudos, 1997.

RENDA FIXA. **Rating**. Disponível em: <<http://www.blog.rendafixa.rocks/investimentos/rating/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SANT'ANNA, André Albuquerque et al. **Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008)**. 2009.